



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15552 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS EM CONTEXTOS (PÓS)EMERGENCIAIS NO BRASIL**

Andreia Machado Castiglioni de Araújo - UFBA - Universidade Federal da Bahia

Maria Helena Silveira Bonilla - UFBA - Universidade Federal da Bahia

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS EM CONTEXTOS (PÓS)EMERGENCIAIS NO BRASIL**

## 1 INTRODUÇÃO

Em todas as regiões do mundo e suas conjunturas geopolíticas, houve vivências diversificadas de enfrentamento da emergência sanitária da Covid-19, se configurando como um desafio à sociedade, principalmente na área da Educação. No âmbito educacional brasileiro, entre 2020 e 2022, apesar da ausência de alinhamento entre os entes federativos e do silenciamento do Ministério da Educação (MEC), o currículo foi flexibilizado em favor da priorização das aprendizagens essenciais. Assim, as experiências do ensino emergencial, em seus variados formatos (inclusive sua inexistência em determinados contextos), evidenciaram muitas mazelas do sistema educacional, e, em muitos casos, amplificaram a exclusão e a defasagem escolar.

Com o retorno às aulas presenciais, a realidade da formação estudantil desigual e respectivas dificuldades de aprendizagens tornou-se uma demanda expressiva, especialmente na escola pública (Brasil, 2021b; Undime, 2022). Na tentativa de dirimir esses entraves para a sequência no processo de escolarização das crianças e jovens, no tempo/idade adequados e com qualidade, algumas políticas públicas educacionais têm sido instituídas pelo governo federal brasileiro

em sua recente gestão (2023-2026). Essas ações apresentam como intuito a “recomposição das aprendizagens” que não foram garantidas no período emergencial.

A pesquisa doutoral que vem sendo desenvolvida busca, como objetivo geral: Compreender os processos de formulação, desenvolvimento e implementação das políticas públicas federais instituídas para favorecer a “recomposição das aprendizagens” no Ensino Fundamental da educação pública nacional, após o retorno ao ensino presencial. E, neste texto, daremos enfoque ao seguinte objetivo específico: Mapear, preliminarmente, as políticas públicas federais, relacionadas às questões pedagógicas e tecnológicas, voltadas para a “recomposição das aprendizagens” no Ensino Fundamental da educação pública brasileira após o ensino emergencial.

Os pressupostos teórico-metodológicos dessa discussão, dentro de uma perspectiva ontoepistemológica (Masson, 2022), estão alicerçados na teoria da complexidade (Morin, 2005; 2007) e da multirreferencialidade (Ardoino, 1998) em conexão com o campo das políticas públicas educacionais (Andrade, 2023; Dardot e Laval, 2016; Freitas, 2023; 2024; Moraes e Moraes, 2021), destacando esse cenário atípico e territórios em disputa. Ainda, esse estudo apresenta em sua metodologia a pesquisa exploratória, de cunho qualitativo, com base na Abordagem do Ciclo de Políticas (Ball; Mainardes, 2011).

Aqui, desenvolver-se-á a discussão sobre as políticas educacionais voltadas para a “recomposição das aprendizagens”, mapeando-as, conforme seus contextos da produção de texto, de influência, e, de prática. Desse modo, algumas ponderações serão tecidas conforme as relações com os agentes socioeconômicos. Destacamos as facetas do neoliberalismo na “supremacia do mercado como mecanismo de alocação de recursos, distribuição de bens, serviços e rendas, remunerador dos empenhos e engenhos inclusive.” (Moraes e Moraes, 2021, p. 40), ao considerar a escola pública como uma mercadoria. Conclui-se sobre os movimentos na educação pública brasileira, com seus avanços e limites, diante das ações governamentais na atualidade e os movimentos de enfrentamento e/ou reprodução.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

Iniciamos a discussão tratando da concepção adotada sobre “recomposição das aprendizagens”, pelas políticas públicas, pelo mercado, e por nossa análise neste contexto. Na sequência, apresentamos o mapeamento inicial das políticas públicas educacionais (pós)emergenciais, instituídas nos anos 2022 a 2024, e tecemos as primeiras análises, segundo a Abordagem do Ciclo de Políticas (ACP).

## 2.1 Concepção sobre Recomposição das aprendizagens

Antes de adentrar no mapeamento preliminar das políticas educacionais (pós)emergenciais, faz-se relevante evidenciar a concepção do termo “recomposição das aprendizagens” e a razão do uso aspeado. De forma corrente, entende-se por recomposição o processo de construção de aprendizagens que não foram desenvolvidas pela/o estudante na conjuntura pandêmica, a fim de garantir a superação dessas necessidades de aprendizagem, sendo conhecida internacionalmente como *Post-Covid recovery from learning loss*<sup>1</sup>.

No país, demarca-se que esse termo aparece em variados materiais publicados<sup>2</sup> por institutos e fundações, durante a retomada pedagógica presencial. No entanto, os documentos oficiais nacionais alternam a utilização da nomenclatura ‘recuperação’<sup>3</sup> (Brasil, 2021a; 2022) com ‘recomposição’<sup>4</sup> (Brasil, 2024; Undime, 2022), em diferentes momentos, ratificando a terminologia engendrada pelo mercado, sem sustentação teórica robusta para seu uso.

Sob a influência dos preceitos neoliberais, essas instituições buscam atender seus próprios interesses, com venda de pacotes educacionais (formação, plataforma, etc), parcerias público-privadas e/ou aumento de sua capilaridade no meio político. Esse movimento neoliberal já vinha provocando críticas importantes, tais como as de Dardot e Laval (2016, p. 8): “O acúmulo de tensões e problemas não resolvidos, o reforço de tendências desigualitárias e desequilíbrios especulativos preparam dias cada vez mais difíceis para as populações”, principalmente em vulnerabilidade social.

Compreendemos que no panorama histórico-educacional brasileiro as necessidades de aprendizagem sempre se fizeram presentes, e vinham se acentuando ao longo da última década, em virtude dos cortes de recursos e desvalorização da educação. Este não é um fenômeno específico do período

pandêmico, embora tenha se ampliado nesse contexto. Por isso, optamos pelo uso desse termo entre aspas, no intuito de assegurar a participação na discussão do tema, fazendo o enfrentamento e garantindo o diálogo com o instituído.

## **2.2 Mapeamento das Políticas públicas educacionais (pós)emergenciais**

A partir da compreensão das relações que se estabelecem nas esferas macro/micro, nesta pesquisa, vê-se como necessária a organização das políticas educacionais relacionadas ao recorte temporal estabelecido, de modo a elaborar uma representação de sua estrutura, suas características de identificação e alguns pontos de análise crítico-reflexiva. Para isso, vamos estabelecer pontos de conexão que se relacionam com a abordagem metodológica selecionada, partindo de seis políticas educacionais para promoção da “recomposição das aprendizagens”.

Iniciamos a apresentação com a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (Enec), que foi instituída em 2023, porém só em 2024 configurou-se como um guarda-chuva de ações que vêm sendo desenvolvidas, módulo a módulo. A Enec tem “[...] a finalidade de articular ações para universalizar a conectividade de qualidade para uso pedagógico e administrativo nos estabelecimentos de ensino da rede pública da educação básica” (Brasil, 2023b), coordenando, portanto, as ações relacionadas às tecnologias digitais e conectividade na escola. Aqui, seguindo o ponto de vista mercadológico e tecnicista, o dispositivo tecnológico e a internet são vistos como um caminho para facilitar a “realização” das atividades pedagógicas, e não enquanto ambiência coletiva para a produção do conhecimento de forma colaborativa. Na Enec, a Política de Inovação Educação Conectada/PIEC (Brasil, 2024) aparece como “módulo”<sup>5</sup> de execução para tecnologia digital nas escolas públicas, com priorização da contratação de internet por empresas privadas.

Também, para garantia da recomposição, é sinalizada a Política de Escola em Tempo Integral, “com a finalidade de fomentar a criação de matrículas na educação básica em tempo integral”, em todas as etapas e modalidades de ensino. Mais uma vez, com uma linguagem mercadológica e tecnicista, a proposta limita-se à ampliação da jornada escolar, com o aumento do tempo na escola. Busca-se ampliar as “habilidades” dos estudantes, comprovadas por “monitoramento e avaliação da eficácia quantitativa e qualitativa” (Brasil, 2023c) dos processos educacionais.

Ainda, tem o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, “com a finalidade de garantir o direito à alfabetização das crianças brasileiras, elemento estruturante para a construção de trajetórias escolares bem sucedidas.” (Brasil, 2023a), prioritariamente até o segundo ano dos Anos iniciais do ensino fundamental. Esta política é considerada uma “estratégia” estruturante para a recomposição, tendo como pressuposto a garantia da base para o processo de ensino-aprendizagem, que é a alfabetização.

Por fim, destaca-se que, em ação mais recente (20 e 21 de junho de 2024), o MEC publicizou o “Seminário Nacional Direito à Educação e Garantia das Aprendizagens”, objetivando a apresentação e discussão dos elementos basilares de duas atuações. Nessa ocasião, ocorreu o lançamento de ações educacionais para emergências e (pós)emergências, chamadas Programa Escola das Adolescências (voltada apenas para os Anos finais do Ensino Fundamental) e Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens<sup>6</sup> (para todas etapas e modalidades de ensino da educação básica pela superação das defasagens de aprendizagem em situações atípicas, como a pandemia da Covid-19 e o desastre ambiental do Rio Grande do Sul).

Essas ações estão sendo incorporadas ao nosso constructo de pesquisa, especialmente por se tratar de uma investigação em que o campo está em movimento e os dados são dinâmicos. Ao adentrar mais especificamente nas informações ligadas ao Pacto pela Recomposição, trata-se de estratégia interfederativa, em regime de colaboração entre o MEC e os entes nacionais, representados pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Essa ação tenciona alcançar as metas 2 e 7 do Plano Nacional da Educação (PNE), respectivamente em relação à universalização do Ensino Fundamental e o fomento à qualidade da educação básica, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem. Traz como pretensão oferecer apoio técnico e financeiro para estados e municípios a fim de implementarem ações com enfoque na avaliação (diagnóstica e formativa) e na melhoria dos índices de aprendizagem da educação básica, por meio da recomposição das aprendizagens dos estudantes.

### **2.3 Abordagem do Ciclo de Políticas e suas arenas de ação e sentido**

Para compreensão desse mapeamento inicial, utilizou-se a ACP (Ball; Mainardes, 2011). O primeiro contexto destacado foi a Produção do texto, ao levar-se em consideração os documentos oficiais e textos publicizados pelo governo federal e entidades relacionadas. Esses registros apresentaram a materialização da política, salientando as disputas ideológicas presentes na escrita e os jogos de poder expressos nas escolhas dos vocábulos, suas significações e sentidos.

O segundo é o contexto de Influência, como uma espécie de bastidores das políticas. Ficou evidente nesta análise, a presença pujante de discursos neoliberais e tecnicistas, influenciados principalmente pelas esferas internacionais, atuando na interferência de decisões locais. Esses são espaços de luta, em constante movimentação, seja para reproduzir ou para mobilizar a conjuntura.

E, ainda, o contexto da Prática, por meio das vivências na realidade, suas ambivalências e jogos de poder. Aqui, expressaram-se as consequências reais conforme os documentos oficiais e outros textos produzidos no âmbito político. A interpretação e implementação dessas políticas educacionais destacadas apresentam-se nos “palcos” das escolas públicas e são recriadas nas salas de aula.

Os resultados preliminares, com base nas perspectivas ontoepistemológica e teórioco-metodológica, apresentam algumas especificidades em relação à problemática instituída e aos objetivos elencados na introdução. Evidencia-se a responsabilização dos municípios e estados, por serem os principais operadores da Educação Básica no país, para a execução de tais políticas educacionais. Ao mesmo tempo, cabe ao MEC coordenar todo o processo, uma vez que as “conquistas devem ser amplamente reconhecidas, tornando-se, inclusive, eixo basilar das lutas contemporâneas pela manutenção de direitos sociais, com especial atenção à garantia do mesmo padrão de qualidade educacional em todo o território nacional” (Andrade, 2023, p. 19).

Também, destaca-se o enfoque nos indicadores das avaliações enquanto resultados de aprendizagem, estimulando a competitividade entre escolas e estudantes. Assim, como sinaliza Freitas, “Desde os estudos da transição de governo, vários de nós estivemos mostrando como o MEC estava sendo capturado por ONGs, o que se confirmou com a adoção da política educacional cearense como norte para as ações do MEC” (Freitas, 2023), através das parcerias

declaradas nas mídias sociais e buscadores<sup>7</sup>.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS (EM DESENVOLVIMENTO)

Enquanto conclusões preliminares referentes à problemática e objetivos aqui elencados, entende-se que o mapeamento das políticas públicas federais, sob uma perspectiva complexa e multirreferencial, oportuniza o desenho do cenário brasileiro frente à garantia da educação em contextos (pós)emergenciais. Compreende-se que essas políticas educacionais apresentam enquanto potencialidades os avanços na agenda política de discussão das necessidades educacionais estudantis e a tentativa de alinhamento entre os entes federados, após tantas conturbações no contexto pandêmico. Ainda, são apresentadas algumas limitações, como os retrocessos históricos na educação pública e a crescente influência neoliberal. Acrescenta-se a necessidade de ampliação dessa investigação quanto às ações para “recomposição das aprendizagens”, especialmente perante às questões pedagógicas e tecnológicas, em escolas públicas no período (pós)emergencial. E, por fim, coaduna-se com Freitas, ao entender as lutas sociais como referencial de resistência para a “formação de lideranças que fortaleçam a tomada de consciência. Além disso, tais lutas levam em si, os embriões da participação social – característica central das novas formas de relações sociais” (Freitas, 2024), ao conscientizar a população frente à opacidade das investidas mercadológicas nos espaços de poder político no Brasil.

### REFERÊNCIAS

ANDRADE, Edson Francisco de. Marcha e Contramarcha na garantia do direito à educação básica no Brasil. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, v. 39, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/FQvSz3frW4f6nmz9wnykdSJ/> . Acesso em: 19 jun. 2024.

ARDOINO, Jacques. Abordagem multirreferencial (plural) das situações educativas e formativas. Trad. Rosângela Batista de Camargo. Pg. 24-41. In: BARBOSA, Joaquim Gonçalves (org). **Multirreferencialidade nas Ciências e na Educação**. Coordenação: Joaquim Gonçalves Barbosa. Revisão da tradução: Sidney Barbosa. São Carlos : EdUFSCar, 1998.

BALL, Stephen John; MAINARDES, Jefferson (orgs). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 11.079**, de 23 de maio de 2022. Institui a Política Nacional

para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica. 23.5.2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.079-de-23-de-maio-de-2022-402040949>. Acesso em: 06 ago. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 11.556**, de 12 de junho de 2023. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. 12.6.2023a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.556-de-12-de-junho-de-2023-489126833>. Acesso em: 08 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.713**, de 26 de setembro de 2023. Institui a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas. 26.9.2023b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/d11713.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11713.htm). Acesso em: 29 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.640**, de 31 de julho de 2023. Institui o Programa Escola em Tempo Integral. 31.7.2023c. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/L14640.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14640.htm). Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 6**, em 6 de julho de 2021. Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar. 6.7.2021a. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=195831-pcp006-21&category\\_slug=julho-2021-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=195831-pcp006-21&category_slug=julho-2021-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 19 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 22**, de 9 de maio de 2024. Define critérios da Política de Inovação Educação Conectada para repasse de recursos financeiros às escolas públicas de educação básica. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-22-de-9-de-maio-de-2024-559342475>. Acesso em: 31 maio 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica 2020: resumo técnico** – Brasília : Inep, 2021b. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resu](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resu). Acesso em: 20 jun. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Dilemas da Esquerda**. Blog Avaliação Educacional. 2024. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2024/06/28/dilemas-da-esquerda/>, acesso em: 28 jun. 2024.

FREITAS, Luiz Carlos de. **O MEC e a inocente influência das Ongs**. Blog Avaliação Educacional. 2023. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2023/10/01/o-mec-e-a-inocente-influencia-das-ongs/>, acesso em: 15 jun. 2024.

MASSON, Giselle. **Ontoepistemologia na produção de conhecimento no campo da Educação**. Práxis Educativa. V. 17, p. 1–17, Ano 2022. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.17.20169.059. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/20169/209209216617>

. Acesso em: 09 dez. 2023.

MORAES, Reginaldo; MORAES, Carmen Sylvia Vidigal (org.). **Estado e políticas públicas de educação**. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2021.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução do francês Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2005.

UNDIME. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. **Pesquisa Undime sobre volta às aulas - 2022**. Disponível em: [https://undime.org.br/uploads/documentos/phpIPpvLU\\_624c5576ed651.pdf](https://undime.org.br/uploads/documentos/phpIPpvLU_624c5576ed651.pdf) . Acesso em: 18 jul. 2023.

---

## Notas de Rodapé

[1] Tradução nossa: Recuperação pós-pandemia da perda de aprendizagem, conforme disponíveis em: <https://www.harvardmagazine.com/2023/07/kane-covid-learning-losses>; <https://blogs.worldbank.org/en/education/learning-recovery-education-transformation>, acesso em: 29 jun. 2024.

[2] Como na cartilha elaborada pelo Instituto Natura e pela Fundação Lemann, disponível em: <https://www.institutonatura.org/estrategias-para-recomposicao-das-aprendizagens/>, acesso em 27 jun. 2024.

[3] Como na divulgação do MEC em março/2023, disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/encontro-na-colombia-aborda-recuperacao-de-aprendizagens> , acesso em: 25 jun. 2024.

[4] Como no site do MEC em junho/2024, disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/recomposicao-de-aprendizagens-em-emergencias-e-tema-de-seminario> , acesso em: 25 jun. 2024.

[5]Conforme divulgação disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/maio/mec-abre-adesao-de-escolas-no-pdde-interativo-para-educacao-conectada> , acesso em: 27 jun. 2024.

[6] Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/eb/recomposicao-aprendizagens> , acesso em: 21 jun. 2024.

[7] Seguem como exemplo, disponíveis em: <https://convivaeducacao.org.br/conteudos>; <https://convivaeducacao.org.br/oque> , acesso em: 25 jun. 2024.